

Moção A

**“Combater as
desigualdades,
construir o caminho
à esquerda”**

VII Convenção Regional
Bloco de Esquerda Açores
Junho 2021

VII Convenção Regional do BE/Açores

MOÇÃO A: Combater as desigualdades, construir o caminho à esquerda

A Pandemia e a resposta desastrosa da UE

A pandemia causada pela COVID-19 trouxe ao de cima todas as desigualdades, sejam aquelas entre países ricos e países pobres, sejam as desigualdades dentro dos próprios estados e regiões. Os mais ricos acumulam cada vez mais riqueza, mas a fragilidade dos serviços públicos, a instabilidade, precariedade e baixos salários atingem vastas camadas sociais.

A resposta europeia à crise é lenta e insuficiente. Os fundos já aprovados são poucos, tardam em chegar e tendem a criar mais dívida, o que será dramático para os países mais endividados como Portugal, numa altura em que já se acena com o regresso da aplicação das regras europeias no que respeita aos déficits e dívida pública.

A vacinação é a esperança para uma certa normalização da vida, mas também aí a Europa falhou. Rendeu-se aos interesses das grandes farmacêuticas recusando considerar as vacinas como bem comum, recusando-se a controlar a sua produção, e recusando-se a procurar a transferência de tecnologia e isenção de direitos de propriedade intelectual.

O lento arranque do processo de vacinação na Europa, a par do fraco apoio à economia, ao emprego e em apoios sociais, atrasará a retoma, causando mais falências e desemprego, com conseqüente aumento das desigualdades e da pobreza, o que nos Açores, a região do país com maiores níveis de pobreza, é dramático.

O governo da república e o fetiche do déficit

O atual governo da república do PS recusou, após as legislativas de 2019, um caminho de recuperação de rendimentos, de avanços nas leis laborais e de recuperação dos serviços e investimento públicos. A opção pela poupança no investimento público sente-se na ausência, ou lentidão, da concretização de importantes investimentos nos Açores, como a rede de radares, o estabelecimento prisional de P. Delgada e o centro de investigação para as ciências do mar.

O PS preferiu governar sem acordos e com negociações de geometria variável, mantendo as contas públicas e o cumprimento das regras de Bruxelas como o alfa e o ómega da governação.

Nos apoios sociais e na resposta à pandemia o governo do PS continua a ter como prioridade as contas públicas. Os 7 mil milhões de euros não gastos no orçamento de 2020, em plena crise pandémica, ou a birra inaceitável contra os apoios sociais aprovados no parlamento são exemplos dessa opção.

O governo da república do PS age como se governasse em maioria absoluta, desrespeitando até o próprio Orçamento do

Estado, como se verifica com a opção de não escolher um novo terreno para o estabelecimento prisional de Ponta Delgada, como determinava o Orçamento do Estado de 2020, por proposta do Bloco de Esquerda.

O Bloco de Esquerda Açores continuará a exigir o cumprimento dos compromissos assumidos, mas também o cumprimento de todas as responsabilidades do governo da república na região. O governo da república deve ser um parceiro dos grandes projetos de desenvolvimento nos Açores, como aqueles que dizem respeito à investigação do mar.

O fim do governo regional do PS

As eleições legislativas regionais de outubro de 2020 determinaram o fim da maioria absoluta do PS e a formação de uma maioria parlamentar de direita. O voto no BE, que atingiu o seu melhor resultado de sempre em eleições regionais, foi um voto para o reforço da esquerda no parlamento dos Açores. O BE opôs-se desde a primeira hora ao regresso da direita ao poder nos Açores com o apoio de um partido de extrema-direita assumidamente racista e xenófobo.

Apesar da avaliação negativa que fazemos dos governos PS, o BE/Açores tomou a opção correta ao afirmar que, se necessário fosse, viabilizaria o programa de governo do PS para evitar que a direita apoiada na extrema-direita chegasse ao poder. Sabíamos que, apesar de tudo, isso agravaria a vida da maioria dos açorianos e açorianas.

Os 24 anos de governação socialista significaram a manutenção do status quo, com setores importadores e monopolistas bem instalados, um setor primário estagnado e uma economia pouco inovadora que fomenta e vive da mão-de-obra barata e pouco qualificada.

O projeto político do PS foi de manutenção do poder e não de transformação, uma lógica que se acentuou nas últimas legislaturas. As suas políticas procuravam, quanto muito, atenuar as tendências neoliberais da burguesia açoriana, constantemente exigindo mais benesses, sem nunca as afrontar.

As privatizações de setores estratégicos, as ditas políticas de apoio ao emprego que abdicaram de combater seriamente a precariedade para servirem para subsidiar a precariedade, a subsidiação da saúde e educação privadas, cujo exemplo mais gritante é o novo hospital privado de São Miguel, a ausência de instrumentos de regulação do crescimento do turismo são exemplos destas cedências.

Ao abdicar das transformações que norteiam uma política de esquerda, o PS manteve os Açores como região pobre, desigual, com baixos níveis de escolaridade e sem perspetivas de futuro. Essa política abriu espaço à direita e à extrema-direita, que culpam as falsas políticas socialistas que o PS implementou durante duas décadas e que pouco diferem daquelas que eram propostas por essa mesma direita.

A longa e fiel - até ao dia da traição - aliança informal PS/CDS que perdurou nos últimos anos demonstra bem o caráter das opções do PS.

Cabe ao PS decidir refletir sobre a sua governação e as escolhas ideológicas que fez ao longo de mais de duas décadas, assim como as suas consequências para os Açores.

A direita que se rendeu à extrema-direita

A formação de um governo de direita com o apoio da extrema-direita significou o fim de qualquer ideia de cordão sanitário à extrema-direita em Portugal. A direita açoriana, liderada pelo PSD, abriu os braços ao CHEGA logo à primeira oportunidade. Querendo passar a ideia de que os representantes açorianos da extrema-direita são açorianos de brandos costumes e de que nos Açores não há extremismo, José Manuel Bolieiro iniciou uma campanha de normalização do Chega.

Aliás, o próprio PSD introduziu no seu léxico político o termo “subsidiodependência” para se referir a quem recebe apoios sociais.

Os Açores são o tubo de ensaio para uma aliança da direita com a extrema-direita para chegar ao poder também no governo da república.

A coligação de direita tudo tolera à extrema-direita pois a sua sobrevivência dela depende. Por seu turno a extrema-direita fecha os olhos ao maior governo regional de sempre e ao crescimento de cargos de nomeação política no governo. Os protagonistas da extrema-direita, que sempre foram parte do sistema, toleram os *jobs for the boys*, desde que sejam *boys* de direita.

As constantes mini-tempestades políticas causadas pelo líder da extrema-direita e

pelos seus subordinados nos Açores, não passam, ora de encenações, ora de guerras internas de poder.

A constante intromissão do líder nacional da extrema-direita na política regional, com a complacência de PSD, CDS e PPM, envergonha o governo regional.

O CDS, em perda eleitoral, traiu o antigo aliado PS, demonstrando que a ideologia do CDS é a conquista do poder, seja ao lado de quem for.

O Governo da direita aprofunda políticas do passado

No que respeita às grandes opções económicas o governo da direita apresenta um programa que pouco difere daqueles com que o PS governou.

Não se vê qualquer intenção de mudança de fundo nas opções para os Açores. O setor primário, o turismo e a construção civil continuam a ser os pilares de desenvolvimento.

É absolutamente necessário desenvolver esses setores, mas os Açores só mudarão apostando no desenvolvimento de novos setores económicos que tenham na inovação científica e tecnológica o seu motor. Não obstante a aposta noutras áreas, nomeadamente no que respeita às tecnologias da informação, é no mar e na nossa posição geográfica singular que estão as grandes oportunidades de desenvolvimento de uma economia sustentável do conhecimento.

A fraca prioridade dada à ciência pelo governo de direita e o mero assumir da herança dos projetos científicos de comando externo que se instalaram nos

Açores, retratam uma visão da ciência e do conhecimento como um adereço que dá um ar de modernidade. Esse é um erro que os Açores pagarão caro.

O atual governo de direita é apoiado por 5 partidos, três em coligação e outros dois através de apoio parlamentar. Apesar de alguma instabilidade, esta coligação de direita tudo fará para se manter no poder. Na sua ação, tenderá a mostrar aos sectores da elite económica da região a sua boa prestação.

Os discursos liberais sobre a economia são o manto que cobrirá um aumento de benesses aos setores económicos dominantes, nomeadamente sobre a forma de rendas e, como já se nota, a liberalização das relações laborais é para acentuar.

‘Servir os patrões’ será sempre o lema deste governo para garantir o apoio desta elite económica e por essa via se manter no poder.

No que respeita à questão central do trabalho, em plena crise a direita reduz a obrigação de manutenção de emprego às empresas apoiadas por dinheiros públicos, ao mesmo tempo que contorna regras de combate à precariedade.

A forma dissimulada como mantém a precariedade dos professores contratados, alterando o regulamento de concursos sem resolver o problema que esteve na origem da revisão, ou o chumbo de propostas que antes os partidos do governo aprovaram e até apresentaram é o exemplo acabado do que parece ser a máxima da direita açoriana: dizer uma coisa na oposição e outra no governo.

O atual governo deixou claro que, durante o seu mandato, a sua atuação seria marcada pela transparência e respeito pelo parlamento. Mas logo no primeiro orçamento deita fora o amor à transparência e a centralidade do parlamento criando uma norma que permite alterações orçamentais, sem que estas tenham que passar pelo parlamento.

O Bloco, a esquerda no parlamento dos Açores

Os resultados das últimas eleições legislativas regionais determinaram uma composição diferente na Assembleia Legislativa. A direita é maioritária.

A saída do PCP do parlamento dos Açores constitui um retrocesso para a esquerda nos Açores.

Com o reforço da sua votação num contexto especialmente difícil, de crescimento de todos os partidos de direita e de renovação interna, o BE/A assume-se como a oposição de esquerda nos Açores.

Assumimos o combate contra todas as desigualdades e a luta contra a pobreza, por uma educação que promova a igualdade e por serviços públicos e estratégicos que respondam às necessidades das pessoas. Defenderemos políticas de proteção ambiental e bem-estar animal, e trabalharemos pelo desenvolvimento económico cada vez mais assente na ciência e na tecnologia.

Estaremos sempre na linha da frente pela defesa da igualdade de género. Manteremos a nossa luta contra a

desigualdade salarial entre homens e mulheres, pela igual participação e representação política e pelos direitos das pessoas LGBTQI+. Combateremos o assédio, a violência sexual e violência de género.

É com estas lutas, e no trabalho contínuo, que o Bloco será oposição firme ao governo de direita e ao crescimento da extrema-direita e do discurso de ódio.

O BE trabalhará incessantemente na construção de uma alternativa económica, social e política de esquerda nos Açores.

A falha na resposta à crise

A crise pandémica deixa um rasto de destruição na economia que cava fundo o fosso das desigualdades sociais. A resposta tem sido claramente insuficiente. O governo regional tem criado poucos apoios sociais e tem estado ausente na resposta que se exige ao drama do longo encerramento das escolas e creches.

São necessários programas de apoio extraordinário que permitam atenuar o impacto no desenvolvimento e no percurso escolar das crianças e jovens sujeitas a mais um ano letivo perdido.

Na economia, os apoios não chegam a muitas pequenas empresas, apesar da propaganda e dos milhões anunciados regularmente. Tem existido falta de apoio da república à economia e às pessoas, o que acentua a falta de apoio do governo regional.

Por outro lado, os apoios existentes não garantem a manutenção do emprego,

mesmo quando têm esse objetivo. O resultado poderá ser um aumento galopante do desemprego na região.

A par de apoios à economia reforçados e que cheguem efetivamente às micro e pequenas empresas, os apoios à manutenção do emprego têm de ter como contrapartida a manutenção dos postos de trabalho.

A inadequação e insuficiência dos apoios sociais existentes para responder à crise pandémica é evidente. Muitas famílias açorianas já eram pobres mesmo trabalhando, como demonstraram estudos recentes da Fundação Francisco Manuel dos Santos.

O Bloco continuará a defender apoios sociais reforçados que abranjam também famílias com rendimentos do trabalho mas que ainda assim estão em risco de pobreza, como é o caso do complemento regional ao abono de família.

A gestão da pandemia deste governo tem sido errática, auto-elogiosa e fechada ao diálogo com a sociedade, com o parlamento e com a oposição.

Políticas de emprego: estabilidade, igualdade, inclusão e coesão

As políticas de emprego nos Açores na última década têm sido assentes em dois pilares: programas ocupacionais para desempregados e as chamadas políticas ativas de emprego que, como reconheceu recentemente o Tribunal de Contas, não cumprem a lei e não combatem a precariedade.

O objetivo dos programas ocupacionais foi deturpado. A formação de adultos deu lugar ao suprimento de necessidades permanentes dos mais variados serviços públicos e no setor social.

Esse abuso, que o atual governo quer continuar, criou batalhões de “ocupados” sem direitos e que saltam de programa em programa. Os dois processos de integração de precários na administração pública já realizados deixam de fora a vasta maioria dos “ocupados” por limitarem o seu âmbito e não são nem transparentes nem democráticas pois não envolvem os sindicatos no processo.

É urgente uma integração de precários da administração pública que seja abrangente, democrática e célere, como tem proposto o Bloco. Os programas ocupacionais têm de ter um caráter formativo com vista ao desenvolvimento de competências e certificação académica dos seus beneficiários.

O governo regional tem de cumprir a única legislação aprovada no parlamento nos últimos anos para combater a precariedade no setor privado, nomeadamente a alteração ao Competir+, proposta pelo Bloco.

Os subsídios à criação e manutenção de postos de trabalho só devem apoiar a criação de emprego estável, com direitos. Estes têm de reduzir a precariedade, a desigualdade salarial entre homens e mulheres e promover a coesão territorial e inclusão no mercado de trabalho de pessoas portadoras de deficiência.

É ainda absolutamente fundamental que os fundos europeus sejam direcionados para

proteger o emprego e a recuperar a economia, e não para servir clientelas políticas.

A política climática e o ambiente como prioridade

Apesar da imagem de natureza intacta, os Açores têm sido alvo de variadíssimas escolhas erradas, que colocam a economia, ou outros interesses obscuros, à frente do ambiente e das pessoas.

Apesar dos avanços em áreas como a preservação das espécies e de ecossistemas, na política de resíduos, no ordenamento do território e na compatibilização entre atividades económicas e a preservação ambiental, assistem-se a bloqueios sistemáticos, ora por responsabilidade de interesses económicos ora por incapacidade de promover políticas de mudança. O Bloco defenderá maior independência da autoridade ambiental nos Açores, dotando-a de autonomia administrativa e financeira.

A política de resíduos é um caso paradigmático em que se entrecruzam interesses económicos e outros pouco claros, numa persistente aliança que insiste na solução incineração. O vergonhoso incumprimento de metas ambientais nos Açores deve-se a esta opção. O Bloco continuará a lutar por uma política de resíduos que defenda o ambiente, com o horizonte do objetivo Zero Resíduos, rejeitando a construção de novas incineradoras nos Açores.

Interesses económicos aos quais os últimos governos do PS cederam, mantiveram os

Açores sem um plano de ordenamento turístico para o tempo atual. As medidas cautelares existentes revelaram-se manifestamente ineficazes e levaram a uma proliferação desordenada de grandes unidades hoteleiras.

O atual governo do PSD/CDS/PPM representa os mesmos interesses e acentua a opção pela desregulação, ao aprovar, em 5 meses, e em plena crise do turismo, vários novos grandes hotéis com um total de mais de 600 camas. É urgente um novo plano de ordenamento turístico que rejeite a contínua proliferação de grandes empreendimentos e aposte num turismo ecológico e sustentável.

A relação entre a preservação marinha e a sobrevivência de quem vive da extração de recursos - como a pesca - afigura-se um equilíbrio que em muitos locais não é conseguido. As políticas atuais e do passado para o setor falham em garantir rendimento, a sua justa distribuição e não evitam a depredação dos recursos marinhos. A intervenção pública no rendimento, na distribuição, na frota, assim como no esforço de pesca é a única solução para uma pesca sustentável.

Os Açores têm de fazer a sua parte no combate global às alterações climáticas. Seja com uma transição climática justa, seja através da preservação dos ecossistemas sobre os quais temos responsabilidades, como o mar, grande responsável pela regulação climática global.

A construção de uma região que respeita integralmente os animais enquanto seres sencientes é um caminho que o Bloco tem de continuar a trilhar.

A contaminação dos solos e aquíferos da ilha Terceira continua a ser um gravíssimo problema ambiental. Exigem-se resultados visíveis a curto prazo.

Melhor autonomia e mais democracia

A atual maioria parlamentar, como ficou evidenciado nos trabalhos da CEVERA, não tem um pensamento autonómico, seguindo as ideias defendidas recentemente pelo PS que apontam um caminho de cariz federalista, como a criação de um círculo eleitoral para o Parlamento Europeu ou a eleição de um juiz do Tribunal Constitucional pela ALRAA.

Para além disso, a nova maioria de direita ataca frontalmente a democracia propondo a redução do número de deputados na ALRAA. A mesma lógica já vinha a ser seguida com as propostas de reforço de preponderância do governo no sistema político e com o fim do veto político e da fiscalização preventiva da constitucionalidade das leis aprovadas na ALRAA.

Conclui-se que os discursos sobre a “centralidade do parlamento” proferidos pelo presidente do governo não passam de conversa fiada. À primeira oportunidade, a direita ataca a representação plural que diz tanto valorizar, procurando reduzir a proporcionalidade e a representatividade das diversas ilhas, ao mesmo tempo que constituiu o maior governo regional de sempre.

O Bloco deve defender um reforço da democracia e da autonomia, mantendo a interdependência de poderes no sistema

político regional e a consensual extinção do cargo de representante da república.

Foi o Bloco a iniciar o processo de revisão da lei do mar que, por recuo do PS e por expedientes regimentais fez aprovar uma lei com problemas de constitucionalidade, já suscitada pelos centralistas do costume, e que foi menos ambiciosa do que a que saiu da ALRAA.

O Bloco não desistirá de lutar por atribuir poderes de gestão e ordenamento do espaço marítimo aos Açores, mesmo para além das 200 milhas, assim como continuará a defender o reforço dos poderes das regiões autónomas do âmbito de acordos internacionais e poder de veto quando estes digam respeito exclusivamente a cada uma das regiões.

Melhores serviços públicos

- **Um SRS para mais forte**

A crise pandémica tornou clara a importância dos serviços públicos. É evidente o papel insubstituível do SRS nos Açores e do SNS a nível nacional. Sem o SRS e os seus profissionais não haveria resposta possível à pandemia.

Reconhecer o papel dos profissionais da saúde tem de ir além das palmas e dos prémios. Exige-se o cumprimento dos compromissos já assumidos, como por exemplo com os profissionais com contrato individual de trabalho, mas também a dignificação das carreiras, tornando-as justas e atrativas. Muitos profissionais da saúde têm salários muito baixos, como os assistentes operacionais.

A política de incentivos à fixação de médicos é claramente insuficiente e as mudanças já implementadas por este governo regional seguem a mesma lógica de incentivo temporário e não universal e agora discriminatório geograficamente. A necessidade de ser implementado um regime de dedicação exclusiva, como previsto na nova lei de bases da saúde, que se reflita em melhores condições salariais é cada vez mais evidente como o grande incentivo à fixação de profissionais no país e nos Açores.

Este governo continua a suborçamentação na saúde e a falta de investimento foi clara logo no primeiro orçamento. Além disso, cruza os braços e até considera normal e positivo a acumulação e saída de profissionais do HDES para o novo hospital privado.

A grande maioria dos médicos do novo hospital privado são médicos em acumulação que deixarão de realizar produção acrescida no hospital público para o fazer no privado. Sendo já assumido pelo governo que existirão convenções entre o SRS e o hospital privado. A promiscuidade é total.

Este governo não esconde a sua visão de um sistema de saúde em que o setor público, para além de prestador de cuidados de saúde, é financiador do setor privado. Essa lógica, que o PS vinha a implementar sem o dizer, é agora assumida no programa de governo. Os efeitos desta política serão desastrosos a prazo para o SRS.

- **Investir na educação, combater desigualdades**

Na educação, milhares de alunos nos Açores sofreram com longos meses de ensino à distância. Para uma grande parte dos alunos, principalmente os mais novos e para aqueles cujas famílias não têm meios, o ensino à distância é uma ficção. Os impactos do mais longo encerramento de escolas do país serão brutais, na região que já apresenta as maiores taxas de abandono escolar precoce.

O governo regional de direita, em vez de proteger a escola recorrendo apenas ao encerrando em último recurso, optou por fechar as escolas como primeira arma contra a pandemia. Milhares de crianças pagarão caro essa opção e os Açores também.

Urge desenvolver estratégias para mitigar esses impactos e mobilizar recursos para as escolas.

Mas não é apenas devido à pandemia que eles são necessários, a falta de meios das escolas e a falta de pessoal docente é cada vez mais evidente, a par do envelhecimento do pessoal não docente que é substituído por trabalhadores precários ao abrigo de programas ocupacionais.

O combate ao abandono escolar precoce, o reforço de meios e da proximidade com o professor, através da redução do número de alunos por turma, a existência de apoio educativo que torne desnecessário o recurso a explicações, o desenvolvimento de uma rede universal de creches gratuitas, assim como o reforço da ação social escolar são medidas imprescindíveis para o desenvolvimento da escola pública nos Açores.

- **Transportes, meios para a coesão regional**

Numa região arquipelágica os transportes são absolutamente determinantes. O papel da SATA continua a ser imprescindível. Anos de má gestão e o impacto da pandemia deixaram a empresa em situação dramática. Tivessem os governos aceite as propostas do Bloco para a recapitalização pública em vez da desastrosa privatização, apoiada pelo PSD, e a empresa estaria em melhor condição para enfrentar as dificuldades.

O velho projeto de privatização da SATA não morreu, apenas foi colocado temporariamente na gaveta. Recuperada a empresa, ele voltará para cima da mesa com os mesmos argumentos de sempre. O BE não aceitará privatizações totais ou parciais da SATA.

O BE está, desde a primeira hora na defesa de uma SATA pública, dedicada ao serviço público e às ligações ao continente e diáspora. Nas ligações em que cumpre serviço público a SATA tem de ser devidamente compensada pelo serviço que presta.

Da direita não se conhece um pensamento estratégico para os transportes, sejam marítimos e aéreos (para não falar nos terrestres, sempre ignorados por todos os governos regionais). A novela da revisão das obrigações de serviço público inter-ilhas revela um governo partido entre pressões da burguesia das ilhas com maior poder económico e bairrismos venenosos para a autonomia no seio da própria maioria.

A pressão constante para alterar o modelo de serviço de transportes marítimos de carga parece constituir mais uma peça para dar rendas públicas às operadoras de transporte ao invés de procurar melhorar os transportes e a coesão regional.

O Bloco rejeita as lógicas da competição da burguesia e defende políticas de transporte que privilegiem e promovam o melhor serviço público possível, fomentando a coesão territorial e o mercado interno.

No transporte aéreo é cada vez mais evidente a necessidade de estabelecimento de parcerias entre a SATA e a TAP enquanto empresas públicas de aviação. Até o PS já o reconhece, embora tenha rejeitado no passado uma proposta do Bloco nesse sentido.

- **Serviço público de habitação**

O Direito à Habitação consagrado na Constituição da República Portuguesa viu a sua lei de bases da Habitação promulgada, finalmente, em outubro de 2019. Falta no entanto concretizar o que a nova lei de bases prevê.

Apesar da redução do turismo, pouca ou nenhuma melhoria existiu na disponibilidade de habitação e nos preços. Uma enorme fatia das famílias açorianas não tem rendimentos para arrendar uma casa a preços de mercado nem estabilidade no emprego para a compra.

É urgente o investimento na oferta pública de habitação a preços acessíveis. É necessário inventariar o parque existente e aumentar a oferta, de forma planeada e orientada por um plano regional para a habitação, dando primazia à reabilitação

urbana, à reconversão de edifícios públicos devolutos para habitação, e à construção em áreas urbanas devolutas.

Afigura-se fundamental a constituição de quotas para o alojamento local por freguesia para reduzir a pressão resultante do seu crescimento desordenado.

- **Um novo impulso para a cultura**

O desenvolvimento dos Açores depende de uma atividade cultural diversificada e pujante.

Esta diversificação das mais variadas áreas tem de incluir um cruzamento feliz entre o que se produz nos Açores e o que vem do exterior.

Criar as condições para a profissionalização de agentes culturais é peça essencial neste desígnio. A par desta profissionalização, a capacidade de levar a sua arte a outras ilhas é o binómio porque temos de lutar.

Manter o atual status quo é continuar a condenar a região a patamares de desenvolvimento social paupérrimos.

A RTP/A pode e deve ser parceira nesse desígnio. É preciso ir além da notícia e do retrato da vida existente e criar um projecto ativo e central para a cultura açoriana e sua divulgação.

Para este governo de direita, o investimento na cultura limita-se aos equipamentos. A ausência de ideias é clara quando ao miserável orçamento da cultura se corta quase metade.

Sempre a geografia

Os Açores sempre foram pólo de atração de interesses internacionais por via da sua posição geográfica.

Em grande parte da nossa história os Açores foram utilizados para fins comerciais e militares com vista a garantir o domínio imperial. Se os dias das grandes bases militares nos Açores estão afastados - embora a presença militar norte-americana nas Lajes continue como base adormecida - novos usos surgem para os Açores.

É na ciência e na tecnologia que os maiores interesses se jogam hoje. Seja no estudo do oceano profundo, das suas riquezas minerais que há quem anseie em explorar, colocando em causa o oceano e a vida marinha, seja no estudo dos seres que vivem no mar dos Açores; seja para o aproveitamento da nossa posição geográfica para investimentos na área espacial.

Anunciam-se em catadupa inúmeros projetos de cariz científico e tecnológico em que a região é parceira menor, por não termos recursos para sermos nós a liderar os processos em curso.

Os Açores não podem ser meros espectadores e muito menos serem uma espécie de colónia científica. Só o investimento na ciência e na tecnologia para constituição de um grande pólo científico na área das ciências do mar e alterações climáticas poderá tornar a região dona do seu futuro. O PRR, já se percebeu, é a oportunidade perdida para este investimento. A construção de um novo navio, importante sem dúvida, e obras em infraestruturas são insuficientes.

A irreverência de sempre com mais gente jovem

O BE/Açores cresceu significativamente em número de aderentes nos últimos anos. Os jovens aderentes organizaram-se e desenvolveram atividade. Esse crescimento significou mais capacidade de intervenção pública, melhor organização, mais massa crítica e mais abrangência e experiência nas nossas listas. A envolvimento dos novos aderentes através da retoma de atividades e iniciativas presenciais são prioridades para o período pós pandemia.

Política local

Nos Açores, o Bloco tem representação em duas assembleias municipais. O aumento da representação e do número de candidaturas permite-nos defender em cada vila, cidade e freguesia políticas sociais justas, o direito à habitação e a bens essenciais de forma universal, assim como a um meio ambiente mais saudável nos aglomerados populacionais, através de uma melhor gestão energética e mudanças profundas na mobilidade e no acesso gratuito aos transportes públicos locais.

Nos Açores, o Bloco apresenta listas próprias, abertas à participação de candidatos independentes e não realizará coligações nem com a direita nem com o PS, podendo apoiar movimentos de cidadãos. Os eleitos do Bloco nas autarquias deverão assumir as suas responsabilidades e os compromissos assumidos na campanha eleitoral.

É crucial que o Bloco e, em especial, os seus eleitos mantenham mecanismos de

contato direto e indireto com a população e divulguem a sua intervenção.

Subscritores iniciais:

António Lima - S. Miguel - 9362
Alexandra Manes - Terceira - 8765
Aurora Ribeiro - Faial - 15403
Avelina Ferreira - S. Miguel - 12308
Brites Araújo - S. Miguel - 14551
Carolina de Melo Tavares - S. Miguel - 15262
Giuseppe Grassi - Pico - 15058
Hugo Bettencourt - Terceira - 10730
Joana Bettencourt - Terceira - 15058
João Margarido Ramos - S. Miguel - 14746
Lúcia Arruda - S. Miguel - 3863
Luís Cardoso - S. Miguel - 11244
Miguel Couto - Santa Maria - 15636
Mário Moniz - Faial - 3797
Mário Rui Pacheco - S. Miguel - 8108
Marlisa Furtado - Terceira - 13182
Paulo Fontes - S. Jorge - 12966
Paulo Mendes - Santa Maria - 4189
Paulo Sanona - Santa Maria - 7870
Pedro Amaral - Santa Maria - 13254
Raquel Pereira - S. Miguel - 11101
Ricardo Furtado - Faial - 8732
Rita de Sousa Pereira - S. Miguel - 15594
Tito Fontes - S. Miguel - 11273
Vera Pires - S. Miguel - 4511
Verónica Lopes - S. Miguel - 10839